

A escrita e a produção histórico/poética de um Assú antigo e tradicional.

Roberg Januário dos Santos

Mestrando/PPGH/UFCG

Lucilvana Ferreira Barros

Mestranda/PPGH/UFCG

A produção identitária de um espaço passa pela ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na saudade, pois estes elementos possibilitam a busca das “verdadeiras naturezas”, das “essências”, das coisas que imortalizam uma face para o lugar. Por isso, consideramos que o espaço assuense foi alvo de uma investida integradora de poetas, artistas e escritores que buscaram produzir um espaço referencial. Desse modo, neste trabalho, buscamos problematizar as condições de possibilidade pelas quais emergiu um conjunto de acontecimentos discursivos durante a primeira metade do século XX produtores de um Assú antigo e tradicional, discursos esses considerados fundantes de um espaço arquetípico identificado como “Terra dos poetas”. Partindo da perspectiva da História cultural, dialogamos com as contribuições teóricas de autores como Certeau (2011); Foucault (2011); Albuquerque Junior (2008), entre outros. Diante desse contexto, se produziu uma paisagem onde se encontrasse a continuidade das velhas tradições poéticas, heróicas, religiosas, onde os acontecimentos fossem considerados de uma natureza assuense, de um está no sangue. Mediante uma influência nacionalista, se produziu um espaço que foi construído como se fosse uma casa, esta com várias divisórias, mas unida pelas paredes laterais e frontais capazes de fornecer fechamento e segurança. Portanto, Assú da primeira metade do século XX foi construído enquanto espaço da tradição, enquanto porto seguro capaz de ancorar em suas dependências os mais autênticos feitos e acontecimentos de sua história, um porto capaz de abrigar e servir de descanso para aqueles que procuravam e procuram se refugiar numa nau do passado carregada de ancestralidade a ponto de permitir que determinados capitães (intelectuais) se projetem enquanto representantes desse passado.

Palavras Chaves: Assú, Espaço, Escrita.

Introdução

A cidade do Assú¹ foi sendo inscrita enquanto uma terra de *história, poesia e tradição*, oportunidade em que no campo cultural foi marcada por um intenso conjunto de acontecimentos discursivos que procuraram dizer e fazer ver este espaço. Construiu-se acerca dele um feixe de recorrências discursivas capaz de alçá-lo ao platô de uma espacialidade impar, de glorificá-lo como ancestral, patenteá-lo como terra de tradições

¹ O nome **Açu** vem do termo indígena Taba-Açu (referindo-se a "Aldeia Grande"). Ao longo dos anos, a grafia foi alterada para Assú, pois a lei provincial n. 124. de 16 de outubro de 1845 elevou “[...] a categoria de Cidade a Vila Nova da Princesa, com a denominação de **Cidade do Assú**” (**Lei n. 124. Província do Rio Grande do Norte - 1845**). Todavia, tanto o rio quanto o vale continuam sendo escritos com ç. Cidade polo da região (Vale do Assú), situada no sertão do Rio Grande do Norte, Assú ganhou destaque no setor econômico com suas primeiras economias, sendo elas: criação de gado, oficinas de carne seca, algodão e cera de carnaúba e atualmente fruticultura irrigada e o polo ceramista; ecologicamente deteve por muito tempo a coroa de possuir em suas terras uma das maiores matas de carnaubais do Brasil; o Rio Açu foi considerado como um dos responsáveis pelo povoamento da cidade, bem como pelo desenvolvimento das atividades econômicas tidas como primárias, por sua vez, este rio irriga uma vasta área de várzea que perpassa toda a região do Vale do Açu, além do mais, ainda hidrata este solo a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, a Lagoa do Piató e o Açude Mendubim.

heróicas, folclóricas, memorialísticas, identitárias e históricas, uma vez que estes elementos são promotores da integração de um povo ao espaço por ele ocupado.

Nesse sentido, compreendemos que a emergência de um feixe discursivo enunciador da cidade do Assú transparece um tipo de verdade espacial onde se ancoram as “raízes” lendárias de um povo. Esta “realidade confiante” foi instituída por práticas discursivas e não discursivas. Em relação ao discurso, conforme Foucault, ele “nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos.”¹ Por isso, precisamos questionar tais verdades, até porque ainda de acordo com Foucault “[...] só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir [...]”² Isto é, os discursos homogeneizadores visam incutir uma exatidão, pretendem estabelecer uma áurea de confiança em torno dos objetos que produzem. Desse modo, os discursos acerca de um espaço, além de inscrevê-lo, o produz, fornecem dizibilidade e visibilidade a ele, lhe confere legitimidade. Por isso, o espaço também é produção lingüística, é fabricação discursiva, daí Albuquerque Junior considerar que

Um espaço é um reticulado de ações, de deslocamentos, de trajetórias, é uma rede de relações de toda ordem, é uma trama de sentidos, é a projeção de imagens, sonhos, desejos, projetos, utopias. Um espaço é feito de natureza, de sociedade e discurso³.

As palavras de Albuquerque Junior são sintomáticas para pensarmos a dimensionalidade do espaço, na medida em que este não é algo a priori, nem elemento fixo sem função. O espaço é parte constituinte das temporalidades. Ele é fruto das astúcias humanas, das ações e práticas, inclusive aquelas de cunho narrativo, oportunidade em que os discursos projetam espaços, sejam eles da saudade, do sonho, do imaginário, entre outros. O espaço é um lugar praticado, algo que é movimentado, mexido, por conseguinte mutável. O espaço é fruto da inventividade dos homens, ele é muito mais do que um cenário tornando-se um conjunto de cenas, oportunidade em que apresentam uma série de redes e de relações, tramas e enredos.

Como diria Bachelard, os espaços são delineamentos subjetivos, construções poéticas, de modo que “é pelo espaço, é no espaço que encontramos os belos fósseis de uma duração concretizados em longos estágios.”⁴ Por isso, estes se tornarem alvos

eminentes de narrativas, de poesias, de prosas, glosas, entre outros. Já para Michel de Certeau “todo relato é um relato de viagem - um relato de espaço.”⁵ Nesse sentido, os relatos, (narrativas, discursos) mexem com o lugar, modificam a ordem dada, movimentam o que era estanque, promovem recorrências de visibilidade, lhes proporcionam imagéticas, desejos, fábulas, sensibilidades e identidades. Por esse prisma, o espaço está no âmbito da relação e não somente na esfera da localização e extensão, o que implica pensar que estes podem ser definidos pelo viés das disputas, conflitos ou das perspectivas de relacionamento, sejam elas econômicas, políticas ou simbólicas.

Além do mais, neste estudo buscamos problematizar como o espaço assuense foi adjetivado por meio da produção escriturística de suas elites intelectuais da primeira metade do século XX, pretendemos indagar acerca das condições que possibilitaram a emergência de uma gama de enunciados capazes de consubstanciar uma imagética e uma discursividade ao Assú. Desse modo, levando em consideração que a escritura é uma “[...] atividade concreta que consiste, sobre um espaço próprio, a página, em construir um texto que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado.”⁶ Nos propomos a analisar as escrituras de autores locais que direcionaram suas produções no sentido de atribuir um sentido, fornecer uma ideia, prover uma concepção espacial acerca de sua cidade natal, de modo que possamos investigar as formas de funcionamento de uma maquinaria discursiva colocada em ação visando à construção de um texto assuense, pois suspeitar as peças que constituem a engrenagem dessa maquinaria nos proporciona compreender os delineamentos de poderes e saberes envolvidos nessa configuração.

Nesse sentido, buscaremos através da produção escriturística dos autores locais investigar produtos textuais responsáveis pela produção de um Assú de cunho poético, bem como nos debruçaremos analiticamente sobre textos que tenderam a soerguer uma cidade de tons históricos com características ancestrais e heróicas. Esses dois ramos produtivos no campo da escrita resultaram na constituição de uma imagética local de conotações antiga e tradicional, ou seja, o espaço assuense foi encenado em tais tessituras textuais como uma paisagem lendária, investida de ancestralidade, possuidora de fatos, heróis e circunstâncias formadoras de certa percepção de tradição, pois vários elementos passaram a serem repetidos, enfatizados e cultuados ao longo do tempo.

Essa investida de “historiadores” e poetas assuenses será entendida aqui como operações circunscritas a dadas condições de possibilidade, o que implica pensar

que longe de uma atitude de naturalidade em relação a sua terra de origem ou de morada, estes sujeitos agiram mediante circunstâncias históricas que fomentaram suas atividades. Suas produções são encaradas aqui como sustentadas por aparatos institucionais, experienciais e genealógicas capazes de lhes moverem em prol da montagem de um cenário, notadamente convergente com desejos e interesses de grupos familiares, sociais, culturais, entre outros vinculados ao contexto em debate. Tal conjunto de coisas se moveu no campo da produção de uma identidade local, por sua vez, impulsionada pelo debate intelectual em torno da produção da identidade nacional e posteriormente estadual.

1.1 - Historiografia e nacionalismo: a elaboração geo-histórica do Assú

A produção e conseqüentemente a invenção identitária de um espaço passa pela ênfase nas origens, na continuidade e na tradição, pois estes elementos possibilitam a busca das “verdadeiras naturezas”, das “essências”, das coisas que imortalizam uma face para o lugar. Busca-se assim uma fundamentação para o espaço que venha a tornar-se contínuo, unificado e imutável. Assim, se pressupõe de uma terra *de história, poesia e tradição* movimentos discursivos que remontem as origens, que vislumbrem marcos criadores, que apontem uma fundação gloriosa, que destaquem o lugar. Tais movimentos geralmente são operados por intelectuais, estes que na maioria das vezes buscam conferir ao seu público certo bem-estar, de modo a garantir-lhes confiança naquilo que dizem, naquilo que recomendam. No caso das narrativas fundantes dos espaços, estes sujeitos atuam projetando verdades, construindo explicações que buscam identificar a sociedade e o espaço que ela ocupa. Eles mostram as populações locais suas origens lendárias, seus heróis, seus acontecimentos marcantes, suas batalhas e conquistas, enfim, fazem com que as pessoas de determinado espaço se sintam bem com o lugar onde nasceram ou que adotaram para viver.

Além disso, a invenção de uma tradição espacial implica algo que não cessa, algo que está fundado, demarcado, algo que se conserva perenemente, haja vista que a fundação pressupõe um vínculo com a origem, de modo a ser alvo de evocações e recorrências, pois como bem nos informa Chauí “a marca peculiar da fundação é a maneira como ela põe a transcendência e a imanência do momento fundador: a fundação aparece como emanando da sociedade [...]”⁷ Isto é, os efeitos da fundação se referem a momentos vividos que atravessa o imaginário da sociedade que o produziu, a fundação

não pára, pois ganha contornos para continuar angariando sustentáculo mesmo para além do tempo, na medida em que é repetido no presente a ponto de não se compreender este momento enquanto tal, o que provoca um não entendimento da diferença temporal. Além das resignificações operadas. Nesses termos, a fundação torna-se baliza para invenção de uma tradição, pois esta última tem por definição práticas que repetem aspectos e elementos ritualísticos e simbólicos de um passado na perspectiva de continuá-lo.

Desse modo, espaços que possuem *história, poesia e tradição* geralmente apresentam narrativas fundantes que soerguem a historicidade local, de modo que tais narrativas se ancoram em acontecimentos considerados de alta relevância para aqueles que se encarregam de tal construção. Assim como foi aventado aqui, a produção histórica de um espaço está circunscrita a um lugar configurador da referida produção, a um ambiente de produção capaz de moldá-la aos seus interesses e delineamentos, um lugar delineado por um sistema capitaneado por intelectuais que voltam suas forças para garantirem uma história ao espaço conforme suas prerrogativas, daí, Michel de Certeau considerar que “de parte a parte, a história permanece configurada pelo sistema no qual se elabora. Hoje como ontem, é determinada por uma fabricação localizada em tal ou qual ponto deste sistema.”⁸

Desse modo, a primeira investida de produção historiográfica relacionada ao Assú emerge na década de 1920, uma vez que se registra a produção de três obras as quais expressam um projeto de cunho historiográfico, guardadas suas peculiaridades, sendo elas: *Noções sobre a história e geografia do Município do Assú* (1921), escrito por Antonio Fagundes; *Municípios do Rio Grande do Norte, sessão Assú*, (1929), de autoria de Nestor dos Santos Lima e *O Município de Assu* (1929), composto por Pedro Amorim. Estas obras possuem seus espaços de produção definidos e estiveram envoltas em princípios norteadores de certa operação historiográfica pertinente a segunda metade do século XIX e início do XX. Assim, pretendo neste ponto do texto discutir não necessariamente a totalidade do conjunto de cada obra, uma vez que seria impossível assim fazer em um ensaio de dimensões de um artigo, todavia buscarei operacionalizar no sentido de evidenciar como as narrativas da história assuense da década de 1920 (novecentos) estiveram relacionadas com o projeto historiográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no oitocentos, além de caracterizá-las em seus aspectos fundamentais no que tange a adjetivação do espaço assuense, até por que, conforme Diehl

Num quadro amplo, o conhecimento histórico e a historiografia brasileira são, até pelo menos o final da década de 1920 deste século, basicamente os mesmos dos verificados durante o século XIX. Essa historiografia guarda as mesmas limitações tradicionais e, no conjunto, sequer, muitas vezes, toma conhecimento do progresso das ciências sociais no final do século XIX.⁹

Na capa da obra *Noções sobre a história e geografia do Município do Assú* (1921), seu autor, Antonio Fagundes “colou” a expressão “*ame a vossa Pátria ainda mais do que vos amo*”, de autoria do poeta e dramaturgo Virgílio Cardoso de Oliveira. Esta expressão muito nos informa acerca de uma primeira condição que possibilitou a escritura da história do Assú, pois esta última emerge na esteira de um projeto histórico nacional, ou seja, a narrativa de história local foi permitida mediante um plano de montagem de uma história nacional e, por conseguinte da constituição de uma identidade brasileira. O estudo da história local seria para o contexto um respingo de uma empreitada maior, a saber: a história da pátria mãe. Respingo porque a intenção dos envolvidos na construção da história nacional era fornecer cada vez mais visibilidade aos elementos, fatos e sujeitos que engrandecessem esta última, daí quanto mais exemplos desse porte mais se estava contribuindo com a pátria, por isso, dos pequenos recôndidos do país eram alçados exemplos enobrecedores dignos de reconhecimento pela contribuição cívica, política, moral e patriótica.

Assim, não necessariamente os intelectuais dos pequenos lugares teriam suas produções divulgadas em âmbito nacional ou seriam publicados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), mas satisfaziam-se em sentirem-se uteis a pátria, uma vez que faziam ecoar os desígnios de construção de uma nação possuidora de uma grande história, por sua vez, cheia de acontecimentos, heróis e tradições, além de uma área geográfica firmemente delimitada. Estes sujeitos de letras situados em localidades de menor porte, na maioria das vezes, estavam vinculados a instituições destinadas a produção e propagação de saberes, a exemplo dos institutos históricos estaduais, atheneus e espaços de iniciação a docência e ensino.

Desse modo, o interesse de constituição de uma história/identidade nacional advém da demanda de formação do Estado Nacional Brasileiro no período imperial, uma vez que o projeto de uma nação forte e progressista, notadamente unida e valorosa se fazia necessário para o fortalecimento político do reinado do imperador D. Pedro II, haja vista as eminentes turbulências políticas internas, a exemplo das questões regionais,

desafios políticos, entre outros, além das questões externas com destaque para os modelos políticos das repúblicas latino-americanas avizinhando a monarquia brasileira. Daí, a adoção de medidas para forjar uma zona de interesses comuns num país de tantas diversidades. A intenção seria criar um sentimento unificador que possibilitar-se o chamamento dos brasileiros para uma causa: a nação forte e coesa. É daqui que se tem a criação em 1838 de um espaço de produção da história do país e para a delimitação das fronteiras nele existentes, qual seja: o IHGB¹⁰.

Com competências de inscrever uma narrativa histórica fundante da nação e possibilitar um conhecimento apurado da geografia brasileira por meio das corografias, o IHGB será o *locus* de onde se fala com propriedade do Brasil na segunda metade do século XIX e início do XX. Sua função parece ter sido muito mais do que intelectual, tornando-se uma instituição de fomento de uma sentimentalidade nacional. Sua postura iluminista responde bem a esta afirmativa anterior, na medida em que sua incumbência seria iluminar os caminhos de uma consciência histórica nacional esclarecendo o pensar a nação no espaço brasileiro, inclusive sua composição se assemelhava as antigas academias iluministas, pois diferentemente do saber histórico produzido no espaço europeu no seio universitário, o IHGB correspondia a uma academia ilustrada composta por intelectuais de diversos segmentos como magistratura, área militar, burocratas, etc.

Por isso, além de localizar-se no Rio de Janeiro, o IHGB seria um tipo de centro difusor da ideia de nação. Assim, Peixoto¹¹ ao tratar do IGHB e a produção do espaço nacional, informa que “pensar, portanto, o regional ou o local, seria uma tarefa imbricada numa operação de centro [...]”. Ou seja, o consenso identitário tracejado no projeto de construção da nação brasileira dependia do esforço das elites em centralizar a proposta historiográfica, o que inclui o pensar o espaço de acordo com as demandas patrióticas em vigor, pois conforme Guimarães, a produção histórica constituída no Brasil desse período deveria ser canalizada e acumulada na sede do IHGB na capital do império,¹² onde a nação ou a comunidade imaginada brasileira seria pensada e debatida².

O próprio interesse de gestar um projeto de nação referendada pelo ideal patriótico representa a tentativa de um poder unificador, mandatário e coeso sobre a

² Para Benedict Anderson a nação é uma comunidade política imaginada, sendo, por sua vez, imaginada como limitada e soberana. Na concepção desse autor chinês, a nação torna-se imaginada em função da imagem de comunhão compartilhada entre seus membros, bem como é limitada pelas suas fronteiras mesmo que elásticas. Por fim, a nação é soberana pelo vivo sonho de ser livre. Desse modo, a obra *Comunidades imaginadas* (2008), de Anderson, nos trás ricas discussões sobre a origem e a propagação do nacionalismo.

população aqui existente entre os trópicos, uma vez que somente mediante a etimologia das palavras nação e pátria observa-se a sitomaticidade de ambos os termos, pois nação, além de significar nascer, também quer dizer parto de uma ninhada, ou seja, é a ideia dos filhos de uma única mãe (nação); já pátria vem do latim *pater* ou pai, aquele que é dono do patrimônio, aquele que detém o poder sobre todos que formam seu domínio. Assim, o impacto lingüístico dessas expressões reflete a extensão de uma gramática familiar, oportunidade em que o país passa a ser pensando como uma grande família, esta sobre o domínio de uma mãe que ama a todos, mas que deve também ser amada, uma mãe harmoniosa, carinhosa, que trata os filhos igualmente, não atribuindo desigualdade a estes. Essa família também possui coesão pela força do pai que é forte, que imprime responsabilidades, a exemplo das obrigações militares dos filhos. Um pai vigilante e identificador dos mais importantes feitos da sua prole. Assim, temos uma gramática nacional alicerçada pela autoridade matriarca e patriarcal que contribuiu ao longo do tempo para esfumçar as disparidades sociais aqui (Brasil) agenciadas.

Assim, nas províncias e posteriormente nos Estados, a produção histórica ficou a cargo dos intelectuais dos institutos históricos estaduais e dos letrados que buscavam corroborar com a construção da identidade nacional. Nossos autores da história assuense aí se encaixam, uma vez que Antônio Gomes da Rocha Fagundes pertenceu a Academia Norte Riograndense de Letras e militou na área de ensino, pois mesmo não sendo assuense de nascimento, este mediante a sua profissão docente veio morar em Assú e trabalhou no Grupo Escola Tenente Coronel José Correia. Todo esse contexto influenciou para que este intelectual viesse a escrever uma história assuense de viés patriótico, até porque sua área de atuação: o magistério era um dos setores em que mais se aviltava o sentimento nacional, haja vista a tarefa pedagógica que os espaços escolares possuíam em ensinar o verdadeiro conhecimento da nação. Além disso, seu pertencimento a academia de letras fornece indícios de um intelectual engajado em instituições de fomento do saber nacional.

Já Nestor dos Santos Lima escreveu sua obra: *Municípios do Rio Grande do Norte* sobre as balizas institucionais do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN, este fundado em 1902. *Municípios do Rio Grande do Norte* tornou-se uma grande coletânea sobre a história de vários municípios potiguares, parte da obra destina-se a história do Assú (1929). Nascido em Assú em 1887, advindo da família Santos Lima, Nestor Lima era filho do Coronel Galdino dos Santos Lima e de D. Ana dos Santos Lima. Este escritor teve trajetória de vida parecida com a de outros intelectuais

assuenses, uma vez que logo deixou sua terra Natal para formação e desempenho de suas atividades profissionais em cidades de maior porte. Após curso preparatório no Atheneu Norte Rio-Grandense, ele seguiu a tradição dos bacharéis ao forma-se em Direito pela Faculdade do Recife em 1909. Logo após militou no setor de ensino e na produção cultural do Estado, oportunidade em que pertenceu ao IHGRN e Academia de Letras Norte Riograndense.

O último dos autores aqui citados é Pedro Soares de Araújo Amorim, nascido em Assú em 1880, membro da tradicional família Amorim, um dos troncos familiares do município com predisposições para o mundo das letras e da política. Dr. Pedro Amorim, assim como ficou conhecido em Assú e região, diplomou-se em Medicina na Bahia em 1903 passando a exercer a profissão nas próprias circunvizinhanças do Assú, neste último ele se fez representante político, oportunidade em que por várias vezes foi prefeito do município, além de ter se eleito deputado. Após a morte de seu pai, Pedro Soares de Amorim, Dr. Pedro Amorim seguiu a função intelectual que o mesmo ocupava, por sua vez, passando a ser, por volta de 1915, correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, conforme está registrado em publicação dessa instituição.¹³ Assim, embora sua obra *O Município de Assú* (1929),¹⁴ tenha sido elaborada em formato de monografia para ser apresentada em um congresso econômico do Estado à época, seu conteúdo reflete além do ideário político, o que já diz acerca da postura historiográfica do autor, os postulados do projeto histórico do IHGB ao qual o IHGRN estava vinculado.

Desse modo, em linhas gerais, as três obras aqui listadas como representantes de uma historiografia assuense convergem quanto à perspectiva histórica e geográfica delineada pelo projeto formulado pelo IHGB, daí é recorrente em ambos os trabalhos a apresentação de um histórico do município de caráter continuista, ou seja, protagoniza-se uma exposição de acontecimentos que somados denotam a evolução da cidade, principalmente no concerne ao período de formação das primeiras instâncias administrativas e jurídicas com destaque para a fundação dos arraiais, da freguesia, da vila, a comarca e a cidade. Também se registra que cada obra destina-se a apresentar certa corografia assuense, há assim uma descrição de rios, lagoas, climas, serras, serrotes, riquezas animais e vegetais, lugares e povoações constituintes da paisagem rural e histórica do município, além de extensões e limites.

No tocante a caracterização corográfica, esta acabou imprimindo um território não só de dimensões físicas avantajadas, mas rico em recursos da natureza, com

destaque para a carnaúba, rico em minérios e fauna, além da montagem de uma paisagem marcada por muitos lugares e uma rica hidrografia, inclusive, daí aparece descrições como a de Nestor Lima em relação às lagoas, pois evidencia que “o município é dotado de grandes lagoas, que dão abundante peixe e excelentes vasantes, nas margens descobertas.”¹⁵

Já no que concerne aos aspectos históricos, ambos os textos buscam alçar Assú ao platô de um espaço ancestral, um espaço de tradições, estas espraiadas pelos mais diversos setores, a exemplo dos festejos alusivos a São João Batista, aos feitos militares, aos atos políticos, as conquistas territoriais, ao progredir das letras e da intelectualidade. Particularmente nos livros de Nestor Lima e Antonio Fagundes, aqui em análise, percebemos uma história que se desdobra em páginas de grandeza e sobrepujamento do homem branco e português sobre os indígenas da região, branco esse portador da “carteira” de representante da civilização que traria as luzes e a cultura a este espaço. Por isso, Fagundes ao descrever a catequização dos índios adverte que “impossível se tornava, pois a permanência desses bárbaros, de costumes tão extravagantes, entre os colonos. Era preciso instruí-los na religião, nos sublimes preceitos da moral, afim de torná-los civilizados, senhores de seus direitos e deveres numa sociedade.”¹⁶

Já, Nestor Lima, na narrativa operada sobre os indígenas da região lhes atribui o estereótipo de ferozes, selvagens e “anthropophagos”. A ótica desses dois autores locais, no que tange a visão sobre os indígenas, condiz com a postura histórica do IHGB, por sua vez, manifestada na obra do seu principal representante no oitocentos: Francisco Aldolfo de Varnhagen que escrevera *História Geral do Brasil* (1854-1857), nesse livro, Varnhagen refere-se aos indígenas do Brasil de modo a enfatizar que estes eram “uma gente nômade, que vivia em cabildas, morava em aldeias transitórias, pouco numerosa em relação a extensão do território. Violentos, mantinham guerras de extermínio entre si; bárbaros, não nutriam os altos sentimentos de patriotismo.”¹⁷ Considerando as influências francesas sobre nossa historiografia, particularmente aquela recebida pelo IHGB, devemos rastrear essa mentalidade na ideia de culturas inferiores e superiores advinda da matriz de pensamento intelectual francesa, uma vez que esta, como nos informa Cardoso e Vainfas, postula que as civilizações seriam identificadas igualmente as altas culturas, pois a humanidade passaria por etapas sucessivas como por exemplo da selvageria – barbárie – civilização¹⁸.

Municípios do Rio Grande do Norte (1929) e *O Município de Assú (1929)*, respectivamente de autoria de Nestor Lima e Pedro Amorim apresentam um quadro destinado, como assim denominou Nestor Lima, “as figuras salientes”. Em ambas as obras são dispostas uma parte para listagem de nomes de sujeitos e suas profissões, é a expressão das figuras importantes, em Nestor Lima aparecem três categorias: a administrativa, eclesiástica e a jurídica. Já em Pedro Amorim além das três categorias citadas anteriormente foram classificadas várias outras, como a dos grandes agricultores, dentistas, farmacêuticos, médicos, engenheiros e professores. Cabe registrar que a ênfase concedida aos profissionais da área de saúde provavelmente se atribui a especialidade do próprio Pedro Amorim que era médico e a listagem dos professores consta apenas três, inclusive estes vinculados a famílias de destaque na cena social da cidade. Esse realce dado a figuras importantes do Assú reflete a ideia da historiografia do IHGB de produzir uma história nacional que seja conduzida por grandes personalidades, é uma história com grandes exemplos pessoais a serem registrados, daí a projeção nesse período das biografias dos grandes homens, é a fabricação do heroísmo nacional.

Em se tratando de heroísmo, podemos conferir que ambas as obras aqui analisadas trabalham tal questão, mesmo que com suas especificidades. Assim, em *Noções sobre a história e geografia do Município do Assú (1921)*, seu autor, Antonio Fagundes, demonstra apego à tradição de heroísmo nacional, inclusive tanto na obra deste autor quanto em Nestor Lima percebe-se uma escrita da história que se assemelha a narrativa da história do Brasil, haja vista o conteúdo escriturístico de esses autores convergirem para a exaltação de momentos áureos da história assuense que por circunstâncias correspondem ao da história brasileira, por sua vez, marcada pela atuação de heróicos e importantes sujeitos. É assim que se desenvolve toda uma construção sobre a colonização portuguesa e seus respectivos desdobramentos nas ribeiras do Assú no período colonial. Daí segue-se momentos como independência, emancipação política, guerra contra o Paraguai, abolição da escravidão, entre outros. Por isso, Fagundes ao tratar da independência do Assú elenca que

Quando se deu o movimento da independência do nosso Brasil, o assuense Te. Cel. José Correia de Araújo Furtado, homem notável por seu patriotismo, tino administrativo e ideias liberais, e que muito se esforçou pela colonização do Arraial, tornou-se saliente por seus feitos cheios de abnegação.¹⁹

As escritas da história assuense analisadas aqui convergem para espacializar à cidade não só pelo trato geográfico, mas pela própria narrativa dos eventos históricos, haja vista se configurar aí um feixe de acontecimentos que somados agregam e atribuem sentido ao Assú. Por isso, a cidade aparece como possuidora de vários homens de tonalidades heróicas; é uma cidade católica de certo heroísmo religioso onde a trajetória que eleva Assú a condição de cidade foi marcada por um modelo semelhante a uma romaria, pois se percebe uma sucessão de espaços denominados religiosamente (arraial Santa Margarida, Nossa Senhora dos Prazeres, Povoação de São João Batista da Ribeira do Assú e Freguesia de São João Batista); uma cidade tida como de tradições heróicas e inteligentes, por este viés Nestor Lima chegou a enunciar que o “[...] Assú é um dos pontos mais antigos do Estado, cujas tradições de heroísmo e de inteligência constituem o orgulho dos seus naturais. Era a metrópole do sertão e teve capitão general, que a própria capital nunca teve.”²⁰ Aqui aparece a ideia de cidade antiga, espaço de história, desse modo, a história assuense, assim como previsto no projeto do IHGB, seria o repositório de acontecimentos dignos de serem lembrados e seguidos, uma história que teria como espaço a experiência, uma história mestre da vida, de ensinamentos. Estaríamos assim falando aqui de uma concepção clássica da historiografia, um palco de experiências passadas que serviriam de exemplo para o presente²¹.

Desse modo, a historiografia assuense da década de 1920 tornou-se um dos primeiros movimentos a dizer e fazer ver este espaço, dizeres escritos que projetaram uma ideia, uma concepção e uma noção do que era o Assú naquela temporalidade. Uma historiografia que, em ressonância a um projeto de história/identidade nacional do IHGB, produziu um discurso carregado de atributos patrióticos e cívicos.

1.2 - A poética do espaço e a influência nacionalista

Outra vertente enunciativa do espaço assuense se configurou a partir do ramo poético, uma vez que, por meio da poesia, os sujeitos promovem seus sentimentos, seus devaneios, bem como viabilizam cartografias existências e espaciais, oportunidade em que expressam seus imaginários e significados em relação ao espaço ao qual pertencem. Assim, o pensar o espaço por meio de poesias torna-se uma tarefa agradável para quem analisa tal produção, pois entrar em contato com construções espaciais cheias de versos, rimas, glosas, prosas, entre outras é de alto teor de inspiração para adentrar em cantos, recantos e encantos de poéticas espaciais. Todavia, aqui por questões operacionais nos

deteremos em compreender as condições de possibilidade pelas quais Assú da primeira metade do século XX foi sendo agenciado como terra da poesia, recanto dos poetas, entre outros epítetos que vinculam a imagem assuense a uma terra dos poetas. Para assim fazermos, se faz necessário analisar A obra *Poetas do Rio Grande do Norte* (1922), de autoria de Ezequiel Wanderley.

Este livro acima destacado foi tomado por alguns escritores como base da fundamentação poética assuense, na medida em que passou a ser referenciada pelos intelectuais como a primeira narrativa que fez ver ao Rio Grande do Norte a dimensionalidade da poesia assuense, pois Ezequiel realizou um tipo antologia poética do Estado, oportunidade em que lista em torno de 28 poetas assuenses. A obra apresenta os principais poemas e os traços biográficos dos poetas por ela referenciados.

Além do mais, acreditamos que assim como a construção da identidade nacional tenha decididamente influenciado a historiografia brasileira e, por conseguinte a produção histórica assuense, esta também tenha perpassado vários outros ramos de produção intelectual, inclusive a escritura de autores dedicados ao jornalismo, teatro, cultura e poética estadual. Estas últimas características podem ser atribuídas ao autor de *Poetas do Rio Grande do Norte*: Ezequiel Wanderley. Cabe ressaltar que a construção da nação não foi apenas obra operada no século XIX, mas perpassou fortemente o século XX. Compreendemos nas palavras iniciais do próprio Ezequiel Wanderley, no livro acima citado, traços de uma escrita possuidora de um ranço nacionalista, aparece assim nitidamente a ideia de berço, ou seja, se existia no período a concepção de pátria mãe, os escritores locais preocupavam-se com as “pátrias menores”, notadamente seus Estados e municípios.

Foi por este viés que Ezequiel buscou produzir uma identidade intelectual e poética para o Rio Grande do Norte e, por conseguinte para o Assú, uma vez que a grandeza da unidade nacional passaria pelas contribuições de cada “rincão” à nação, ou seja, caberia nesse momento identificar as potencialidades de cada Estado visando integrá-las a soma das riquezas brasileiras. Estabelecia-se assim uma integração na nacionalidade e uma concomitante afirmação de uma identidade estadual, o que implica pensar numa perspectiva de produção do espaço, seja nacional, estadual e local. Por isso, Ezequiel ao apresentar o livro assim se expressou “o nosso escopo, porém, foi reunir, e não seleccionar – poetas lyricos, symbolistas, classicos, naturalistas, parnasianos, decadistas, satyricos e humoristas, mas, em todo caso, preferencialmente,

filhos deste rincão.”²² Vejamos que nesta enunciação aparece características como reunir, ou seja, a ideia de unir, algo próximo do ideal de unidade da nação, além do apego aos filhos da terra, concepção aproximada com o sentimento nacionalista de se sentir filho de uma comunidade.

Essa perspectiva nacionalista na obra de Ezequiel Wanderley pode ser observada por duas evidencias bastantes demonstradoras de tal situação. Primeiro, precisamos perceber o nível de afinidade do autor para com o projeto de construção da nação brasileira, o que para tanto basta-nos fazer uma leitura de outra obra sua, a saber: *Balões de ensaio*, publicada em 1919, portanto, escrita dois anos antes de *Poetas do Rio Grande do Norte*. *Balões de ensaio* foi o primeiro livro do autor, artifício textual reunindo crônicas, pequenos ensaios e depoimentos sobre o Rio Grande do Norte e suas personalidades. Ezequiel, em um dos primeiros ensaios da obra, intitulado de “Saudando a Pátria” revela por que deve ser considerado um literato patriótico, assim dizendo

Grande, forte e soberana a Patria Brasileira!

Os espíritos progressistas, as almas de escol, os corações não adormecidos ainda pelo frio da indiferença, rememoram cheios de amor, de entusiasmo cheios, esse formoso movimento patriótico que te impelliu ás mais arrojadas conquistas da Liberdade, do Direito e da justiça.²³

Por este trecho acima podemos entender o que poderíamos chamar aqui de uma consciência nacional de Ezequiel Wanderley, ele aí demonstra seu apego a pátria, expressa o amor que esta desperta naqueles que a honram, certamente pela tonalidade de sua escritura ele se sente um desses. Quanto ao amor pela pátria, ele torna-se compreensível se considerarmos, conforme Benedict Anderson, que “[...] as nações inspiram amor, e amiúde um amor de profundo auto-sacrifício. Os frutos culturais do nacionalismo – a poesia, a prosa, a música, as artes plásticas – mostram esse amor com muita clareza, e em milhares de formas e estilos diversos.”²⁴ Somando estes apontamentos de Anderson com mais uma afirmativa de Ezequiel no mesmo ensaio, oportunidade em que se considera um idolatra da pátria, reconhecemos suas vinculações com o projeto de nação.

Mas, as questões postas acima ainda podem ser reforçadas por um segundo argumento, este delineado no contexto que fomentou a obra *Poetas do Rio Grande do Norte*, pois no mesmo ano de sua publicação, 1922, se comemorava o centenário da independência do Brasil, por sinal num país ainda com sua identidade em construção o

que implica pensar nas diversas manifestações a esta data, inclusive em *Balões de ensaio*, Ezequiel Wanderley já saudava este momento com o ensaio “7 de setembro” evidenciando que “rememoremos hoje um dos feitos mais notáveis da vida histórica do Brasil colônia”. Esse trecho reflete bem o que Guimarães notou em relação à invenção das nações modernas ensejando assim que “a Nação é, portanto, vontade afirmativa de um presente que partilha um passado de lembranças.”²⁵

Desse modo, levando em conta que a obra *Poetas do Rio Grande do Norte* foi patrocinada pelo governo do Estado, aventamos que esta produção de Ezequiel tenha sido mais uma das ações desse governo para comemorar o aniversário dos cem anos da independência brasileira, uma vez que, segundo Melo, os festejos a esta data foram tão intensos no Estado potiguar que ninguém não se lembrou de outra coisa se não da pátria, Assim, “o Estado, então sob a direção de um escritor, Antonio José de Melo e Souza, deu tal ênfase às festas comemorativas do primeiro centenário da independência, mobilizando o povo, nas suas expressões mais puras e genuínas, de arte, cultura, patriotismo [...]”²⁶ Fica agora mais clara a proposta de *Poetas do Rio Grande do Norte*, quem pensar nesta obra deve levar em consideração o fator nacionalismo. Além disso, nos interessa pensar como na esteira de todo esse movimento a certa projeção de uma identidade poética assuense.

Assim, a presença de vários poetas assuenses nesta produção não é estranha, pois seu autor: Ezequiel Wanderley nasceu em Assú em 1872, sendo filho de Luiz Carlos Lins Wanderley, este apontado pelos cultuadores da tradição assuense como um dos principais ícones da vida social daquele espaço no final século XIX, pois fora considerado o primeiro médico do Estado, bem como foi tido como homem de letras e dramaturgia. Ou seja, Ezequiel advém de uma família considerada como fundadora da cidade, pois os Wanderley (origem holandesa) tornaram-se conhecidos naquele espaço como “gente importante” e de “berço”. Daí ter surgido um conjunto de narrativas que patrimonializam os Wanderley como símbolos da cidade, produção esta desencadeada principalmente por membros da família, bem como por sujeitos próximos a elas. Desse modo, o escritor Rômulo Wanderley dedicou versos incluindo a sua linhagem, dizendo que “*minha gente provém de indígenas e portugueses e traz, no sangue também, o sangue dos holandeses.*”²⁷ Deve-se se considerar nessa escrita uma possível influência freyriana no tocante a positividade da mestiçagem, ou seja, da harmonia entre as três raças no Brasil. Embora aqui neste ponto Rômulo não faça referencia ao negro, em outras partes ele o faz.

Aqui, diferentemente de Nestor Lima, que não enfatiza a origem holandesa dos Wanderley, os intelectuais descendentes desta família buscaram inscrever seu nome na história da cidade. Daí, Rômulo, Ezequiel e outros enfatizarem sua descendência. Nessa perspectiva, a professora e poetisa Maria Carolina Wanderley Caldas (Sinhazinha Wanderley) irmã de Ezequiel Wanderley, em *Anotações* feitas próximas a sua morte, assim se expressou

A nossa família é nobre, muito nobre! Foi-lhe conferido os foros da nobreza pelo Príncipe Maurício de Nassau. Os Wanderley haviam-lhe demonstrado muita dedicação, auxiliando-o denodadamente na Guerra Holandesa sem nada pedir, sem nada cobrar. Terminada a guerra, o Príncipe concedeu os foros de nobreza a todos os Wanderley e a seus descendentes, concedendo-lhes um brasão de armas que ostentam a sua alta nobreza.²⁸

Essa atitude de Sinhazinha Wanderley demonstra o quanto “*a memória e a identidade são valores disputados* em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos.”²⁹ Haja vista que além de buscar fazer valer a denominação “sinhazinha”, referência utilizada para mulheres nobres da aristocracia brasileira, ela preocupou-se em demarcar a nobreza de toda sua família e, conseqüentemente seu valor para o espaço assuense. Desse modo, assim como aparece em maior densidade grandes homens portugueses na narrativa de Nestor Lima, na narrativa dessa poetisa aparecem os homens de sangue holandês. Se existiam portugueses corajosos em Nestor Lima, a partir de Sinhazinha Wanderley apareciam holandeses de fibra e bravura a ponto de participarem de guerras. De todo modo, esse é apenas um exemplo do que Pollak nos evidenciou acima, isto é, valores identitários em disputa.

Além do mais, voltando a *Poetas do Rio Grande do Norte* (1922), observamos que a cena escriturística de Ezequiel Wanderley é ainda explicável em função de sua trajetória de vida, uma vez que este além de pertencer aos Wanderley do Assú, realizou seus estudos no Ateneu Potiguar (espaços educacional onde seu pai foi professor) cursando humanidades, espaço este considerado como de elite na educação potiguar à época. Ele ainda pretendeu um curso superior em direito no Ceará não chegando a ingressar no mesmo. Não se estranha tal aspiração, uma vez que nestes tempos ainda vivia-se o ranço da elite do bacharelismo no Brasil. Ele também militou na imprensa natalense, a exemplo da participação no Jornal o Fantoche. Portanto, essa trajetória lhe permitiu

escrever sobre a poética potiguar, se interessar pelos aspectos que deram visibilidade a sua família, particularmente ao seu pai e, por conseguinte ao seu espaço natal. Assim, *Poetas do Rio Grande do Norte* (1922), foi reapropriado pelos cultuadores da tradição em Assú como obra arquiestrutural que deu origem aos cognomes “Atenas Norte-riograndense” ou “terra dos poetas”.

Por isso, em matéria intitulada *Assu – terra dos poetas*, de autoria de Ivan Pinheiro, publicada na *Revista Rebuliço: arte e cultura* do Município do Assú, com edição em jan/fev/mar do ano de 2008, o autor da matéria busca explicar a origem dos cognomes acima citados, oportunidade em que esclarece

Ambos surgiram a partir da segunda metade do século passado quando o então Governador Antônio de Souza autorizou a realização de um estudo para que fossem identificados os poetas do Estado. O trabalho ficou a cargo do escritor Ezequiel Wanderley que publicou, no ano de 1922, a primeira antologia poética do Estado, intitulando-a de: *Poetas do Rio Grande do Norte*.

Como o Assu já apresentava com destaque no cenário cultural potiguar, sobretudo, no jornalismo, teatro e na música, após a edição daquele livro, jornalistas e produtores culturais aludiram do assú, como Atenas (antiga capital da Grécia) cognominando-a de **Atenas Norte-riograndense** [grifo nosso].³⁰

Neste trecho o autor se remete a uma narrativa fundadora da “Atenas” na obra de Ezequiel Wanderley, mas, muito mais do que isso, ele legitima tais cognomes mediante o discurso, um discurso com exatidão cronológica, perfil institucional, autor vinculado ao cenário assuense. Além disso, a argumentação de Pinheiro denuncia em parte o caráter de fabricação da ideia de “Atenas”, tendo em vista o mesmo relatar que jornalistas e produtores culturais foram os responsáveis pela atribuição desse cognome ao Assú. Ou seja, implica pensar que não foi à população do Assú quem se reconheceu enquanto “ateniense”, não foi ela quem se considerou de perfil intelectual e artístico, mas um grupo de intelectuais que alçaram essa espacialidade ao topo da semelhança cultural com a Grécia antiga, particularmente sua capital, tida como berço da cultura ocidental pelas diversas prerrogativas erigidas no campo cultural.

Em *Poetas do Rio Grande do Norte* (1922), entre outras poesias de poetas e poetisas assuenses encontra-se o poema *Minha terra*, de autoria Maria Carolina Wanderley, esta irmã de Ezequiel Wanderley. Ela foi mais uma intelectual assuense que embora nascida em Assú foi estudar na capital do Estado onde formou-se em magistério. Esta após formação voltou ao Assú em 1911 para exercer suas funções de professora no Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia, recém inaugurado. Em 1913 retornou para

Natal onde permaneceu lecionando e escrevendo livros, revistas e peças teatrais. Na poesia *Minha terra*, a autora se remete a sua cidade natal dizendo

Minha Terra

Terra bendita, onde abriguei, ditosa,
De minha infância as illusões fagueiras...
Corôada, qual rainha magestosa,
Das verdes palmas das carnaúbeiras.

Terra gentil, que acolhes, cariciosa,
Nas oiticicas verdes e altaneiras,
Aves gazis, que, em doce, maviosa,
Cantam do sol ás radiações primeiras.

Si eu, algum dia, tremula velhinha,
Presa á magua, sem fim, que me espesinha,
Ao teu solo volver, berço risonho,

Agasalha-me ainda com a ternura
Com que, outrora, nos dias de ventura
Agasalhaste o meu primeiro sonho!...³¹

Nestes versos Maria Carolina Wanderley demonstra todo seu amor pela terra bendita que lhe foi berço, uma terra que marcou suas lembranças infantis, que possivelmente em função de um dia ter sido a Vila Nova da Princesa ela a pudesse considerar como rainha majestosa, uma rainha ocupante de um castelo rodeado por uma natureza exuberante onde os carnaubais, as oiticicas e as aves “gazis” eram iluminadas pelas primeiras irradiações solares que anunciavam o dia. Uma terra gentil, acolhedora, cariciosa e maravilhosa em que diante do sofrimento de uma poetisa em plena velhice pudesse acolhê-la como lhe acolheu um dia com muita ternura e com muito riso. Esse discurso exemplifica o interesse em compor uma imagética romântica, harmoniosa e gentil do Assú. É uma escritura que inscreve uma terra que nunca sonega refúgio aos seus filhos, Assú torna-se aqui o berço que recebe os filhos que a ele retornam ou pretendiam retornar. É uma narrativa que espacializa a cidade como uma paisagem de um conto de fadas, uma cidade mágica capaz de trazer de voltas os sonhos de infância, capaz de agasalhar aqueles que dela não esquecem, é uma cidade prometida, é a escritura da tradição.

Acerca de *Poetas do Rio Grande do Norte* (1922), Luis da Câmara Cascudo exaltou o trabalho de Ezequiel Wanderley dizendo

Ezequiel Wanderley (1872-1933) publicou em 1922 o *Poetas do Rio Grande Norte* e faleceu sem calcular o benefício realizado. Acusavam-no de haver promovido a poetas todos os assuenses. Ninguém atinou no que representava de esforço, tenacidade e dedicação para oferecer uma galeria de poetas com suas notas bibliográficas. Ninguém depois dele teve a coragem de repetir tal façanha.³²

Esse trecho de Cascudo, tido como autoridade da cultura potiguar, além enaltecer o trabalho de Ezequiel Wanderley, trás uma questão inquietante: “Acusavam-no de haver promovido a poetas todos os assuenses”, ou seja, por que tal afirmação? quais seriam os motivos que teriam feito Ezequiel Wanderley agido de alguma maneira possivelmente exagerada. Este ponto colocado por Cascudo gera certa inquietação sobre tal obra.

Logo adiante Cascudo informa que Rômulo Wanderley produziu *Panorama da Poesia Norte Rio-Grandense* (1965), seduzido pela obra de Ezequiel Wanderley, oportunidade em que atualizou as informações do livro deste último. Rômulo Wanderley, por sua vez, demonstra as intenções já apontadas por Cascudo no sentido de atualizar a obra de Ezequiel Wanderley, ele ainda aponta para a ampliação do conhecimento de seu livro enfatizando o interesse naquele momento de projetar tal Panorama para além fronteiras do Estado.

Já em *Canção da terra dos carnaubais* (1965) Rômulo Wanderley registra que “[...] Assu sempre foi a cidades dos poetas. A poesia é um dom natural dos assuenses.”³³ Esse depoimento deste escritor torna-se substancial para pensarmos no reforço da ideia de “Atenas”, pois a capital da Grécia antiga ficou conhecida pelos dons poéticos e filosóficos, espelhos de sabedoria desenvolvidos naquele espaço. Em outras palavras, se construiu um ideia em relação a Atenas da Grécia antiga de que naquele espaço reinava a sabedoria, gestando assim uma identidade construída em contraposição a cultura espartana. Ele ainda relata que

No livro “Poetas do Rio Grande do Norte”, que Ezequiel Wanderley publicou em 1922, e em nosso “Panorama da Poesia Norte-Rio-Grandense”, os poetas assuenses estão às dezenas. Luiz Carlos Lins Wanderley é o primeiro deles, tendo sido, também o primeiro norte-rio-grandense que se doutorou em medicina.³⁴

Neste discurso, os rastros escriturísticos de Rômulo Wanderley insurgem notadamente mostrando primeiro a intenção de sua obra e do livro de Ezequiel para o

aparecimento dos poetas assuenses, além do mais, expõe a influência de sua família em sua produção, de modo a citar como primeiro poeta Luiz Carlos L. Wanderley.

Além desse conjunto de acontecimentos mencionados acima, registra-se outras modalidades de investidas poéticas enunciadoras do espaço assuense, cita-se aí as produções situadas no jornal *A Cidade* (1922), poliantéias diversas, produções independentes, glosas, sonetos, e tanto outros recursos linguísticos e poéticos que acabaram projetando o espaço assuense, de modo a lhe atribuir sentidos, sejam eles harmônicos, acolhedores, fraternos, igualitários, intelectual, entre outros.

CONCLUSÃO

Por meio de um discurso historiográfico e poético ancorado, grande parte, numa perspectiva nacionalista ainda com vinculações com o século XIX, intelectuais e escritores procuraram construir uma identidade espacial para o Assú. Estes foram discursos construtores de uma ideia do Assú enquanto poético, harmônico, terra de dimensões grandiosas, sem maiores problemas, espaço de tradições heróicas, de inteligência apurada, um quadro onde se pintou uma paisagem suspensa no ar, longe das diferenças, inquietações, hierarquias, contradições sociais e disputas de representações. Uma cidade texto emergida por meio de enunciados produzidos por poetas e escritores representantes de setores intelectuais da sociedade assuense, que de um modo geral, nomearam o espaço em que nasceram ou conviveram, de modo a lhe atribuírem um rosto, lhe possibilitaram uma ótica, um modo de ver o lugar, um cenário espacial constituído em tais discursos em moldes de uma cultura tradicional, lugar “seguro” para se viver, ambiente afeiçoado a costumes enobrecedores e leais aos tempos de fundação.

NOTAS

- ¹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 20 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010, p.49.
- ² Idem, p.20.
- ³ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. – Recife: Bagaço, 2008, p. 108.
- ⁴ BACHELARD, Gaston. A filosofia do não; O novo espírito científico; **A poética do espaço**. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.203.
- ⁵ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: I. Artes de fazer**. 17. ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2011.
- ⁶ Idem, p. 204.
- ⁷ CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000, p. 8.
- ⁸ CERTEAU Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 77.
- ⁹ DIEHL, Astor Antonio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- ¹⁰ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- ¹¹ PEIXOTO, Renato Amado. **Cartografias imaginárias: Estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação História e espaço**. Natal: EDUFRN; Campina Grande: EDUEPB, 2011, p.13.
- ¹² GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- ¹³ **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE – IHGRN**. Natal. Vol. XI - XII – XIII. 1913 – 1915. Atelier Tipográfico M Victoriano & C. 1915?
- ¹⁴ AMORIM, Pedro. **O município de Assu**. Imprensa Oficial, 1929
- ¹⁵ LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte: Areia Branca, Arez, Assu e Augusto Severo**. Edição Fac-Similar da revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte. Vol. 25/26 – 1 Edição – 1929. Coleção Mossoroense. Série C – Vol. DXCV, 1990, p. 161.
- ¹⁶ FAGUNDES, Antonio. **Noções sobre a história e geografia do Município do Assú**. Typ. Jaguaribe, [Aracati], Ceará, 1921, p. ?
- ¹⁷ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 35.
- ¹⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- ¹⁹ FAGUNDES, Antonio. **Noções sobre a história e geografia do Município do Assú**. Typ. Jaguaribe, [Aracati], Ceará, 1921, p. 30.
- ²⁰ LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte: Areia Branca, Arez, Assu e Augusto Severo**. Edição Fac-Similar da revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte. Vol. 25/26 – 1 Edição – 1929. Coleção Mossoroense. Série C – Vol. DXCV, 1990, p. 143.
- ²¹ Ver: DIEHL, Astor Antonio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- ²² WANDERELY, Ezequiel. **Poetas do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: co-edição do sebo Vermelho e Editora Clima, 1993.
- ²³ WANDERELY, Ezequiel. **Balões de ensaio**. Typ – Cormercial - J.Pinto & C. – Natal: Rio Grande do Norte, 1919. Edição fac-similar. Natal: Sebo Vermelho, 2009, p.11.
- ²⁴ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Trad. Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ²⁵ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) et al. **História Cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 18.
- ²⁶ MELO, Monoel Rodrigues de. O movimento modernista no Rio Grande do Norte. In: **Revista da Academia Norte-Riograndense de Letras**. Ano XIX. Nº 8. Natal, 1970.
- ²⁷ WANDERLEY, Rômulo Chaves. **Canção da Terra dos Carnaubais**. Natal: Departamento de Imprensa, 1965
- ²⁸ CALDAS, MARIA Carolina Wanderley. **Anotações**. Assu: 1954. Mimeo.
- ²⁹ POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- ³⁰ **REVISTA REBULIÇÃO**. Ano 4 Nº 17 jan/fev/mar/2008. Centro de Escolar de Arte e Cultura do Assu. Mossoró: GL Gráfica Editora– 2008
- ³¹ WANDERELY, Ezequiel. **Poetas do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: co-edição do sebo Vermelho e Editora Clima, 1993, p. 41.
- ³² Apud WANDERLEY, Rômulo Chaves. **Canção da Terra dos Carnaubais**. Natal: Departamento de Imprensa, 1965, p. IX.

³³ Idem, p.29.

³⁴ Idem.